

**Populismo, presidencialismo de coalizão e os desafios da conjuntura brasileira: teoria política e institucionalismo na análise do fenômeno Jair Bolsonaro.**

**Mayra Goulart da Silva<sup>1</sup>**

**Luan Guedes<sup>2</sup>**

**Introdução:**

O objetivo deste artigo é utilizar os conceitos de populismo e *presidencialismo de coalizão* para compreender, respectivamente, a ascensão e as primeiras decisões do presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro. Para tanto, torna-se necessário, primeiramente, operar uma breve incursão na teoria de Ernesto Laclau e, em seguida, uma também breve recuperação do contexto histórico que precipitou seu êxito eleitoral. Completada esta tarefa, far-se-á uma exegese de suas primeiras performances como chefe do Executivo, em particular no tocante à conformação do gabinete presidencial, analisado através do conceito de *presidencialismo de coalizão*, aqui usado como parâmetro na busca de rupturas e continuidades conquanto aos mandatários que o precederam. Com isso, espera-se que a conjugação entre teoria política e institucionalismo nos permita compreender as singularidades do processo histórico instaurado no Brasil desde o início do século.

Não obstante, no que diz respeito à base teórica escolhida, é preciso alertar que o propósito desta empreitada é analítico e passa ao largo das discussões acerca das implicações normativas do *populismo* e do *presidencialismo de coalizão* em sua relação com os conceitos de democracia e liberalismo. No tocante ao último conceito, nota-se já em sua formulação original (Abranches, 1988) um intuito analítico-descritivo voltado à observação dos mecanismos institucionais e extra-institucionais utilizados na relação entre Executivo e Legislativo, em contextos nos quais tais relações se encontram desafiadas por um conjunto de características do sistema político adversas à governabilidade (Amorim Neto, 2006, Cheibub & Limongi 2002, 2010; Cheibub, Przeworski, & Saiegh, 2002, 2004, Cheibub, 2007, Figueiredo, Sales & Vieira, 2009).

No que diz respeito à categoria laclauiana (*razão populista*), também nota-se uma pretensão heurística, neste caso, de caráter universal que transcende a tipificação de fenômenos propriamente *populistas*, sendo entendida como uma chave explicativa para a compreensão do processo de formação dos vínculos de pertencimento entre cidadãos e líderes. Deste modo, o conceito aparece como uma ferramenta analítica para a descrição/compreensão da gênese de sujeitos políticos, sendo esta sua função no presente

---

<sup>1</sup> Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS).

<sup>2</sup> Estudante de Relações Internacionais da UFRJ

artigo, no qual a utilizaremos como aparato teórico na análise das dinâmicas que precipitaram a formação dos vínculos de identificação entre Bolsonaro e seus eleitores.

Seguindo a categorização apresentada por Mouffe e Laclau em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985), na ausência de fundamentos *transcendentes*, metafísicos ou *naturais*, a formação de tais sujeitos passa a ser considerada como o produto de articulações discursivas, contextuais e precárias entre sujeitos sociais distintos. Tais articulações são o resultado de dinâmicas equivalenciais (Laclau e Mouffe, 1985, 73-74) que se apresentam como o operador preferencial de uma construção *hegemônica* – isto é, na formação de um *status quo* político-econômico e social (LACLAU, 2005, 120, 125, DE MENDONÇA, 2007). As *cadeias de equivalência*, por sua vez, são produzidas através da identificação entre grupos que se percebem excluídos do atual pólo hegemônico, ou na terminologia apresentada por Laclau em *Teoria e Política na Tradição Marxista* (1979), do *bloco no poder*.

Forma-se, pois, um novo sujeito político com a pretensão de alterar a atual correlação de forças, tendo em vista a percepção por parte de cada grupo e ator que dele fará parte de que suas demandas e identidades não se encontram devidamente contempladas e representadas pelo bloco no poder. Esta percepção compartilhada é precipitada por performances discursivas que enfatizam uma relação de antagonismo, na qual a formação de um *nós dar-se-á* mediante a diferenciação conquanto a um *outro*, ao qual é atribuída a responsabilidade pela presente relação de exclusão (LACLAU & MOUFFE, 1985; LACLAU, 2005; LACLAU, E. e ZAC, L. 1994). Neste tipo de articulação, as identidades particulares de cada grupo são relativamente subsumidas, tendo em vista a formação de um novo sujeito que as abarca.

Diante disto, nossa intenção é conjugar teoria política e institucionalismo para compreender a formação e a atuação de um novo sujeito político no Brasil, cuja coesão e capacidade de ação foi engendrada pelas performances discursivas de Jair Bolsonaro. Sua ascensão, por conseguinte, será entendida como o resultado de um processo de *construção hegemônica* que se apresenta como um *status quo* alternativo e contraposto àquele conformado pelas elites políticas *petistas*. Com isso, esperamos nos diferenciar daqueles que observam na ação das novas tecnologias e dinâmicas midiáticas, o elemento determinante para a compreensão do objeto aqui apresentado. Nossa compreensão acerca da natureza deste fenômeno pressupõe um entendimento processual que transcende o plano meramente conjuntural. Por este motivo, na próxima seção, recuperaremos o contexto que antecede a emergência do fenômeno aqui analisado com o propósito de, recorrendo às ferramentas heurísticas acima citadas, discutir um conjunto de elementos que pavimentaram a dissolução da *coligação* de forças (sociais e políticas) formada ao redor do Partido dos Trabalhadores e

de sua principal liderança, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva<sup>3</sup>, possibilitando a emergência de uma nova articulação, agora em torno de Jair Bolsonaro. Tal rearticulação, por sua vez, será o objeto da segunda e terceira seção do texto, nas quais utilizaremos o conceito de *presidencialismo de coalizão* para dar conta dos desafios empreendidos na formação de seu governo.

## 1. A *débacle* do PT e o impeachment de Dilma Rousseff

### 1.1. Do populismo ao lulismo.

O objetivo desta seção é compreender o processo que precipitou a emergência de Jair Bolsonaro como líder popular, cuja origem será buscada na crise que levou à derrocada do governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil (doravante, PT). Para isso, recorreremos à formulação apresentada por Ernesto Laclau em “A Razão Populista” (2005)<sup>4</sup>, que tipifica como componentes dos fenômenos classificados como *populistas* a presença de quatro elementos: (a) o líder; (b) o povo, (c) a plebe, (d) o seu *outro* – as elites, ou, na terminologia utilizada pelo autor em “Política e Ideologia na Teoria Marxista” (1980)<sup>5</sup>, o *bloco no poder* –; (e) um discurso de antagonismo que articula estes quatro elementos de modo mais ou menos conflitivo (SILVA, 2019, p. 50).

Originalmente atraídas por discursos centrados na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, a ascensão eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, membro e líder histórico do PT, se configura em um contexto marcado pela crise econômica e social instaurada após a onda neoliberal que arrebatou o Brasil e a América Latina nas décadas finais do século XX (TOLEDO, 2016; SILVA, 2015; PEREIRA DA SILVA, 2018; CASTAÑEDA, 2016; PANIZZA, 2006). Esse sujeito político é, portanto, o produto de uma articulação entre elementos heterogêneos, formada a partir de uma dinâmica *equivalencial*, constituída pelo antagonismo com relação a elites políticas caracterizadas como tradicionais, conservadoras e/ou associadas ao projeto neoliberal (SILVA, LOURENÇO e CARVALHO, 2018, p.183). Em outros termos, o sujeito político que precipitou a ascensão eleitoral de Lula, formou-se mediante a articulação *equivalencial* de um conjunto heterogêneo de sujeitos sociais (classes médias, classes populares, segmentos rurais, segmentos urbanos, movimentos sociais, sindicatos, igrejas, etc). Essa agregação se deu por meio da percepção compartilhada de exclusão por parte das elites econômicas e políticas do então “bloco no poder” que, a partir das

---

<sup>3</sup> O ex-presidente foi preso no dia 7/04/2018 sob as acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Outras sentenças de caráter condenatório, mas relativas a outros processos, foram proferidas desde então

<sup>4</sup> Doravante, *RP*.

<sup>5</sup> Doravante, *PITM*.

## WORKING PAPER

performances discursivas de Lula foram apontados como o “inimigo” responsável pela situação de opressão e pelo não atendimento das demandas dirigidas por tais sujeitos sociais ao Estado.

Por conseguinte, de acordo com a nossa percepção, fundamentada na literatura produzida acerca do período (SINGER, 2009, 2012; RENNÓ & CABELLO, 2010), o antagonismo entre *opressores* e *oprimidos*, no caso particular, *pobres e ricos*, produzido pelas performances do líder, foi o mecanismo originário de formação dessa base social, o que, nos termos laclauianos, permite a caracterização de tal fenômeno como *populista* (LACLAU, 2005, p. 120).

Não obstante, utilizando este mesmo enquadramento teórico, desejamos argumentar que as transformações decorridas na base de apoio aos líderes petistas podem ser associadas a uma opção por eles realizada, que diz respeito ao afastamento da estratégia discursiva original (o antagonismo com relação às elites) em prol de *performances governativas* dirigidas aos segmentos da base da pirâmide econômica<sup>6</sup>, que, contudo, não ameaçavam os interesses dos grupos que estavam no topo. Deste modo, utilizando o populismo como categoria explicativa para a compreensão deste processo, nosso objetivo, sem qualquer pretensão de esgotar o debate, é argumentar que a opção do PT em concentrar esforços em uma *performance administrativa* racional-legal (em políticas públicas) em detrimento de *performances discursivas* carismáticas/populistas (reforçando, através da liderança, a percepção de um inimigo comum), pode nos auxiliar a compreender sua derrocada – mas, também, a ascensão de um novo líder disposto a inverter esses termos.

Não obstante, em *Raízes sociais e ideológicas do Lulismo* (2009), André Singer apresenta a interpretação mais consagrada acerca do período. Nesta caracterização, ele descreve uma descontinuidade entre a base social originária do Partido dos Trabalhadores marcada pela heterogeneidade dos grupos sociais que a constituíam (classes médias, comunidades eclesiais, movimentos sociais, formadores de opinião e trabalhadores organizados) e o segmento que passou a apoiar o governo a partir de 2006: o subproletariado (trabalhadores informais e/ou com remuneração até dois salários mínimos).

Tabela: Porcentagem de eleitores por segmento que declararam voto em candidatos do Partido dos Trabalhadores em cada eleição.

Eleição	Lula 1 (2002)	Lula 2 (2006)	Dilma 1 (2010)	Dilma 2 (2014)	Haddad (2018)	Redução do Percentual de Apoio
Segmentos						

<sup>6</sup> Neste tocante, cabe mencionar o impacto do Programa Bolsa Família (PBF), que no período em questão teve seu orçamento multiplicado por treze, chegando a atender mais de 11,4 milhões de famílias em 2008, e o aumento real de 24,25% no salário mínimo durante o primeiro mandato teve um impacto mais abrangente do que o PBF (SINGER, 2009, p. 91 e 92).

## WORKING PAPER

Escolaridade						
Ensino fundamental	64%	67%	63%	61%	56%	- 8%
Ensino médio	69%	59%	53%	51%	42%	- 27%
Ensino superior	67%	47%	44%	39%	39%	-28%
Renda Familiar Mensal em S.M.						
Até 2	- *	69%	62%	63%	58%	-11%
Entre 2 e 5	66%	59%	54%	50%	39%	-20%
Entre 5 e 10	68%	49%	48%	40%	21%	-47%
Acima de 10	65%	44%	39%	35%	33%	-32%

Fonte: *elaboração própria*

\* A metodologia de pesquisa eleitoral utilizada em 2002 pelo Instituto DataFolha não considerava, no segmento “Renda Familiar Mensal”, o intervalo compreendido entre 0 e 2 salários mínimos. Dessa forma, a porcentagem atribuída ao intervalo subsequente (66%) será utilizada para a compreensão do quantitativo eleitoral atribuída a ambos.

A tabela apresenta os dados percentuais referentes à análise dos votos válidos declarados por eleitores em pesquisas eleitorais realizadas após o primeiro turno das eleições e antes do segundo turno. O quantitativo demonstra o posicionamento do eleitorado, por segmento, em relação aos candidatos do Partido dos Trabalhadores e a alteração do perfil socioeconômico da base eleitoral ocorrida ao longo das eleições de 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018, tendo como candidatos Lula, Dilma Rousseff e Fernando Haddad. Tendo em vista o somatório total de 100%, compreende-se que a porcentagem complementar aos números apresentados corresponde à mobilização de votos por parte dos adversários políticos de cada candidato respectivamente.

A análise dos dados da tabela permite concluir que, ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, ocorreu um esmaecimento de sua vascularização social dentre os setores mais ricos da sociedade brasileira. As políticas públicas de redistribuição de renda e estímulo ao pleno emprego possibilitaram a manutenção da popularidade entre os trabalhadores com renda familiar mensal compreendida entre 0 e 5 salários mínimos, entretanto, é inegável o crescimento de sua rejeição por parte da população mais rica. Esta antipatia é ainda mais perceptível a partir das eleições presidenciais de 2010, quando o Partido dos Trabalhadores

consegue mobilizar apenas 48% do eleitorado de classe média em oposição aos 68% da eleição de 2002. Tal dinâmica atinge seu ápice no processo eleitoral que tomou forma em 2018, quando as pesquisas apontavam uma adesão de apenas 21% do eleitorado desse setor ao partido.

Um dos fatores a serem observados para uma melhor compreensão da desassociação dos mais ricos da base eleitoral petista é o processo de associação da imagem de membros do partido a casos de corrupção e condutas similares, que desgastaram sua imagem e fortaleceram os partidos de oposição por meio de uma retórica anti-corrupção tendo, como foco, a operação lava-jato e o ex-presidente Lula. Em análise complementar, nota-se, nos segmentos referentes à escolaridade, um comportamento similar ao que ocorre com os setores mais ricos. Levando em consideração a constituição econômico do corpo discente do ensino superior nacional, tal comportamento pode ser percebido enquanto um reflexo do desalinhamento político-ideológico das elites econômicas presentes no meio universitário em relação ao conteúdo programático dos candidatos petistas. Essa dinâmica, todavia, é refreada pelo incentivo público ao desenvolvimento do ensino superior no país ao longo das administrações petistas, por meio da elaboração de programas de expansão do acesso ao ensino superior gratuito, tanto no setor privado, quanto no setor público, destacando-se aqui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (*Reuni*) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

## **1.2. Equivalência e diferença: a opção administrativista.**

A despeito da adequação de tal caracterização conquanto a sua gênese, isto é, ao período de ascensão eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), o conceito de populismo enquanto categoria que tem nas ideias de equivalência e antagonismo seus principais operadores, torna-se menos aderente às dinâmicas configuradas ao longo do seu período na Presidência da República. Mediante a substituição da retórica polarizante e do antagonismo por um discurso centrado na ideia de harmonia de interesses e em políticas públicas que não se estruturavam a partir de discursos confrontacionais, o governo sinalizava na direção de uma lógica administrativista/ racional-legal determinada a partir de dinâmicas diferenciais e de demandas democráticas<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Sobre a diferenciação entre as lógicas populistas e administrativistas, ver: Balsa, 2010 e 2013.

## WORKING PAPER

Ao abordar o processo de articulação de atores coletivos através do compartilhamento de demandas, Laclau as diferencia em dois tipos: *populares* – responsáveis por originar cadeias de equivalência nas quais estes atores têm sua identidade mitigada em prol de um sujeito político comum – e, *diferenciais* – que se distinguem pela preservação de cada identidade coletiva particular. Nas palavras de Laclau:

Uma demanda que, satisfeita ou não, permanece isolada, será denominada por nós uma demanda democrática. Uma pluralidade de demandas que, através de sua articulação de equivalência, constitui uma subjetividade social mais ampla, serão denominadas demandas populares. Em um nível muito incipiente, elas começam a constituir o ‘povo’ como um ator histórico potencial. Temos, aqui, em embrião, uma configuração populista. (LACLAU, 2005, 124).

As dinâmicas diferenciais caracterizam-se pela afinidade com políticas públicas universalistas e formais, voltadas ao atendimento das demandas dos diferentes segmentos da população (BALSA, 2013). Elas destoam, portanto, da lógica *agonística* que subjaz ao populismo<sup>8</sup>, na qual a ideia de exclusão e de opressão face a um inimigo mantém-se como núcleo estruturante, não apenas dos discursos, mas das próprias performances governativas dessas lideranças, dificultando o estabelecimento de políticas de natureza administrativa e diferencial (BALSA, 2010).

Em face desta hipótese –que aponta para a suavização do componente *populista* que originalmente constituía os discursos dos líderes petistas – almejamos argumentar que a conversão para uma lógica *administrativista-diferencial* ao longo do governo pode ser considerada um fator explicativo para sua derrocada, e, subseqüentemente, para a ascensão de Jair Bolsonaro. Em outros termos, o argumento aqui esboçado ressalta o fracasso da aposta administrativista e da subseqüente incapacidade de atender, de modo diferencial, as demandas dirigidas ao Estado pelos distintos grupos que conformavam a base de apoio da coalizão comandada pelo PT.

A frustração dessas expectativas atingiu seu ápice durante os eventos que ficaram conhecidos como *jornadas de junho*<sup>9</sup>, quando uma multidão de brasileiros foi às ruas de várias cidades em manifestações cuja pluralidade de atores e de pautas até hoje desafia os analistas. Nesta conjuntura, no plano político-partidário as elites que haviam aderido pragmaticamente à coligação petista, tendo em vista sua ampla sustentação no tecido social, vislumbram a possibilidade de interromper um governo identificado com um projeto alheio aos

---

<sup>8</sup> Sobre a lógica *agonística* como perspectiva ontológica acerca do processo de formação identitária, ver: DE MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, 2003;

<sup>9</sup> Mobilizações populares ocorridas em grandes metrópoles brasileiras no ano de 2013. Para aprofundamento, ver: Calil, 2013, Singer, 2013.

seus valores. É o caso das elites políticas e econômicas ligadas aos interesses do mercado e das parcelas da sociedade que se sentiam desconfortáveis com os componentes igualitários do discurso e da prática das lideranças *petistas*.

Tal interrupção é orquestrada em duas dimensões. No plano político-partidário iniciam-se as movimentações em prol do impeachment<sup>10</sup> que se avolumam conforme se estabelece no país um clima de crise econômica e de paralisia institucional, tendo em vista o bloqueio às pautas do Executivo no âmbito do Congresso Nacional. No plano social, investe-se na crítica à própria ideia de igualdade; seja ela direcionada ao plano dos valores, através da rejeição a políticas públicas voltadas a mitigar as opressões de gênero, sexualidade, cor e etc; seja ela dirigida ao plano econômico através de programas governamentais que visavam a redução das desigualdades de renda, através de políticas de ação afirmativa e medidas de assistência focalizada. Ao longo deste processo, observa-se a formação de uma nova cadeia de equivalência, agora constituída em oposição aos símbolos, elementos e atores que conformaram a cadeia anterior.

O resultado desta estratégia já pode ser percebido nas eleições gerais de 2014. Nesse pleito, embora o PT tenha conseguido manter-se na liderança do Executivo nacional, observou-se uma desidratação de suas bases no Legislativo, somada ao sucesso eleitoral de candidatos representantes de Frentes Parlamentares Conservadoras<sup>11</sup>, em especial, àquelas reunidas sob a sigla BBB: Bala (bancada identificada com a pauta da segurança pública), Bíblia (bancada religiosa, em particular, evangélica) e Boi (bancada identificada com o agronegócio).

## **2. Polarização e antagonismo: a opção de Jair Bolsonaro.**

### **2.1. A construção do mito:**

A trajetória política de Jair Bolsonaro não é recente. O atual presidente do Brasil ingressou na vida política em 1988, quando entrou para a reserva do Exército para concorrer ao cargo de vereador do município do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão. Após

---

10 O processo de impeachment teve início em dezembro de 2015, com a aceitação de uma denúncia de crime de responsabilidade fiscal pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. A ex-presidente Dilma Rousseff foi temporariamente afastada de seu cargo em maio de 2016 e, em caráter permanente, em agosto do mesmo ano.

<sup>11</sup> De acordo com a determinação do Ato da Mesa Diretora do Congresso Nacional de número 69, de 10/11/2005, considera-se Frente Parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade.



## WORKING PAPER

sua breve passagem pela Câmara de Vereadores, Bolsonaro se candidatou ao cargo de Deputado Federal, no qual permaneceu ao longo de 27 anos, entre 1991 e 2018.

Sua atuação política nunca esteve diretamente ligada a um partido político; seu nome compôs as fileiras de diversos partidos, dentre eles os Partido Democrata Cristão (1989-1993), Partido Progressista (1993–1993), Partido Progressista Renovador (1993–1995), Partido Progressista (1995–2003), Partido Trabalhista Brasileiro (2005–2005), Partido da Frente Liberal (2005–2016), Partido Social Cristão (2016–2018) até, por fim, integrar o Partido Social Liberal (2018–presente).

Se no âmbito partidário ele possui um comportamento inconstante, no que tange à aprovação do eleitorado sua performance foi relativamente sólida. Em sua primeira eleição para Deputado Federal (1990), Bolsonaro obteve 67.041 votos; na segunda (1994), obteve 111.927; na terceira (1998) 102.893; na quarta (2002) 88.94; na quinta (2006) 99.700; e na sexta (2010) 120.000. O ponto fora da curva de seu desempenho eleitoral é a eleição de 2014, quando atinge a marca de Deputado Federal mais votado do Rio de Janeiro e passa a figurar entre os 5 deputados federais mais votados do país, com 464.572 votos.

Mesmo considerando essa ascensão meteórica entre 2010 e 2014, que como será esclarecido ao longo da próxima seção, atende a um contexto mais amplo de recrudescimento conservador, é interessante considerar que Jair Bolsonaro foi alçado ao cargo mais importante do Executivo brasileiro sem nunca ter exercido nenhuma função nesse Poder anteriormente. Excluindo esse último período (2014), é possível observar que trajetória política não possui grandes feitos e sua base eleitoral, ao longo de seus 27 anos na política, se resumiu a um eleitorado constante e homogêneo que se restringia, inicialmente, à classe militar, seus familiares e simpatizantes.

Para que se possa compreender a ascensão de Bolsonaro é preciso perceber a constelação de fatores que garantiram-lhe o potencial para expandir sua base e constituir uma legião de apoiadores. Em uma análise superficial, pode-se apreender alguns atributos dos seguidores de Bolsonaro: trata-se de um grupo elitizado, que vislumbra nas pautas conservadoras, no saudosismo ao regime ditatorial e na redução do Estado, elementos fundamentais para a promoção de um modelo de Brasil que lhes convém. É preciso apontar, entretanto, que é necessária uma análise cautelosa e mais aprofundada acerca desse movimento para que se possa perceber não apenas sua composição, mas também os fatores que o originaram.

Ainda em uma análise superficial, parece cabível afirmar que as camadas populares não constituem o segmento prioritário de seus discursos. De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto DataFolha em outubro de 2018, mês no qual foi realizado o segundo-turno das eleições presidenciais, cerca de 27% do eleitorado de Bolsonaro tem renda familiar superior a 5 salários mínimos por mês. Essa informação, por si só, não é capaz de identificar sua base

## WORKING PAPER

de apoiadores. Uma percepção mais aprofundada de seu eleitorado revela que o discurso empregado ao longo de sua campanha eleitoral e, até mesmo, antes de ser lançado como candidato, possui ampla penetração nas camadas da sociedade com o menor índice de renda familiar, compreendendo, neste caso, mais de 50% dos que disseram que votariam nele. Esse aparente paradoxo se dissolve quando consideramos, em paralelo, o percentual de evangélicos que disseram votar em Bolsonaro. De acordo com pesquisa do Ibope entre os dias 1 e 2 de outubro do último ano, 43% dos evangélicos optariam pelo então candidato, sendo que um em cada quatro eleitores brasileiros se diz evangélico.

Embora se apresente como católico, em 2016, Bolsonaro foi batizado pelo Pastor Everaldo, o que contribuiu para tornar ambígua sua identidade religiosa. Figura relevante no cenário nacional e então candidato ao Senado pelo Rio de Janeiro, Everaldo é presidente nacional do PSC. Nesse processo, Bolsonaro aproximou-se de outros líderes políticos evangélicos, entre eles o então senador Magno Malta (RS), e o pastor Marcos Feliciano, deputado federal pelo PODEMOS-SP, diversificando seu apoio entre os diferentes segmentos deste campo. De todo modo, é difícil saber a partir de quando ele se transforma no candidato preferencial dos evangélicos, uma vez que esse processo de aproximação parece ter sido construído gradualmente por meio da incorporação de uma pauta moral de cunho conservador, centrada no combate a políticas públicas orientadas às questões de gênero, assim como ao combate ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

É preciso notar que existe uma relação íntima entre a crescente popularidade de Bolsonaro e a linha discursiva por ele adotada. Na história política brasileira não houve presidentes eleitos com voto popular que fossem diretamente identificados como conservadores, ou “de direita”. A alta adesão dos cristãos, principalmente dos protestantes, à propaganda de Bolsonaro revela a importância progressiva de uma agenda associada a valores identificados como religiosos, tradicionais e conservadores para que seu discurso conseguisse ampliar sua penetração social. É importante ressaltar ainda, o papel de facilitador exercido por parte das lideranças religiosas, principalmente de denominação pentecostal dentro dos grupos de convívio desse segmento populacional. Utilizando-se do grande prestígio que possuem, eles facilitaram a aceitação das propostas de Bolsonaro de maneira direta, ao indicá-lo como candidato ideal ou, ainda, indiretamente, ao caracterizar seus opositores enquanto inimigos dos valores por eles defendidos.

### **2.2. A ascensão eleitoral.**

Jair Bolsonaro venceu as eleições brasileiras com mais de 55% dos votos válidos com uma campanha realizada sem grandes recursos, sem jamais ter ocupado cargos no Executivo e

dispondo apenas de 8 segundos do tempo de propaganda eleitoral gratuita na TV<sup>12</sup>. Seu partido, o PSL, Partido Social Liberal até então uma agremiação inexpressiva, tornou-se a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados<sup>13</sup> além de ter conquistado 10,1 milhões de votos quando comparamos com sua performance no pleito anterior (2014). Apesar deste feito, é preciso cautela conquanto às interpretações que atribuem tal resultado a um fenômeno pontual, ao misticismo das mídias digitais e seus algoritmos esotéricos, ou aos encantos carismáticos do novo líder.

Utilizando a tipologia proposta por Timothy J. Power e Cesar Zucco Jr. em “O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira” (2011) para analisar os resultados das eleições gerais de 2014 e 2018 e para tipificar *direita* e *esquerda*, é possível observar que este é um processo longo cujas consequências já haviam gravemente repercutido no pleito anterior. Segundo esta métrica, os partidos *de direita* (MDB, PSDB, PP, PR e PSC) elevaram-se de um patamar de 55,63% dos votos válidos, nas eleições de 2010, para 63,28% em 2018, enquanto os partidos *de esquerda* (PT, PDT, PSOL, PCdoB e Rede) viram sua votação despencar de 26,04% para 20,04%, sem que tenha havido impacto significativo no centro, cujos partidos tiveram apenas uma queda leve de 18,33% para 16,68%.

Se comparamos os dois pleitos observamos que, em 2018, a esquerda seguiu perdendo votos válidos, porém, em uma velocidade menor quando comparada ao pleito anterior. Em 2014, essa redução foi de 4,18 pontos percentuais (de 26,04% para 21,86%) e, em 2018, essa queda foi de 1,46 (de 21,86 para 20,04). Mesmo mantendo-se como o maior partido no Legislativo brasileiro, entre 2002 e 2018, o PT viu sua bancada na Câmara reduzir-se consideravelmente, saindo de 91 parlamentares em 2002, ano da primeira eleição de Lula, para 56 em 2018.

Esta reconversão à direita, que começa em 2014 com a perda de popularidade do PT e dos partidos de esquerda seguiu, em 2018, um outro caminho que diz respeito à um realinhamento no próprio campo direitista, tendo em vista uma profunda crise dos partidos que tradicionalmente situavam-se neste campo e canalizavam os votos das parcelas mais abonadas e conservadoras da sociedade – em particular o MDB, antigo PMDB, o PSDB e o DEM, antigo PFL. Seu declínio, assim como a ascensão do PSL foi exponencial: primeira legenda (MDB) perdeu 49,60% dos votos válidos e a segunda (PSDB) 46,66% (BARBOSA, 2018).

---

<sup>12</sup> A legislação eleitoral brasileira estabelece o tempo de propaganda bem como os fundos a serem repassados pelo governo às legendas de modo proporcional à bancada legislativa da sigla que compõe a chapa do candidato.

<sup>13</sup> O PSL elegeu 52 deputados, quatro a menos do que o PT, partido que possui a maior bancada no Congresso Nacional.

## WORKING PAPER

São esses segmentos sociais que, em repúdio às elites tradicionais, buscam rostos novos em 2018, encontrando-os sobretudo em personalidades que construíram sua popularidade a partir de discursos *populistas* conservadores, em termos morais, e ortodoxos, no plano econômico. Reivindicando a polarização com os governos petistas, estas lideranças se afirmam defensoras dos “cidadãos de bem”, aqueles que não se entendem como parte de minorias e que não precisariam do Estado e de políticas redistributivas/assistencialistas para prosperarem.

O crescente antagonismo com relação ao PT e sua base de apoio foram os sentimentos que catalizaram o processo de reconversão do Brasil à direita. Sua disseminação foi articulada pelas elites econômicas e políticas tradicionais, cujos canais de veiculação e propagação hegemônica se encontram na grande mídia, na academia e em outros instrumentos de formação de opinião capazes de criar um consenso em torno da ideia de que as administrações petistas seriam responsáveis pelas mazelas e insatisfações manifestadas de forma escalonada a partir de junho de 2013 (SILVA, LOURENÇO e CARVALHO, 2018, p.188 - 192).

Não obstante, apesar de terem sido os artífices, não foram essas elites tradicionais as diretamente contempladas pela exitosa campanha de desmoralização dos *petistas* e de sua construção como *inimigo nacional*, através de discursos que se enquadram na categoria laclauiana de populismo. Isto por que, ao lado do PT figuram outros partidos como grandes derrotados nas eleições de 2018, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 01: Deputados Federais eleitos pelo DEM/PFL, PMDB/MDB e PSDB.

<b>PARTIDO</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
<b>PFL/DEM</b>	84	65	43	21	29
<b>PMDB/MDB</b>	75	89	78	65	34
<b>PSDB</b>	70	66	54	54	29

Fonte: BARBOSA, 2018, P. 6.

Seguindo a análise de apresentada em boletim do Núcleo de Estudos sobre o Congresso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (NECON/IESP/UERJ), que serve de fonte para a tabela acima<sup>14</sup>, ao ampliar o campo de visão, incorporando as eleições anteriores, é possível evitar a miopia daqueles que observam o ano de 2018 como a chegada do apocalipse em céus tropicais. Entendido como um processo, o progressivo encolhimento dos partidos tradicionais de esquerda e de direita no Legislativo, é útil para compreendermos o que se passou nos últimos anos no Brasil. Neste interregno, uma imensa massa de cidadãos descontentes com estas elites tradicionais encontrou, primeiramente no PT, nos discursos de Lula e na crítica ao modo tradicional de se realizar política (a chamada *velha política*), um conjunto de símbolos com os quais se identificou.

Com isso, retornando à terminologia lacluniana, foi possível formar cadeia de equivalências capaz de articulá-los e de propiciar sucessivas maiorias eleitorais, primeiramente ao Partido dos Trabalhadores e, no momento atual, a Jair Bolsonaro e seus correligionários. Deste modo, conjugando uma matriz teórica *agonística*<sup>15</sup> com os aportes institucionalistas associados ao conceito de presidencialismo de coalizão, acreditamos ser possível analisar sua ascensão como o produto do esfacelamento da cadeia original, mediante a debacle do PT. Agora dispersa, a parcela de cidadãos insatisfeitos dirigiu-se a novos líderes e discursos, igualmente detratores da política tradicional, porém, recorrendo a novos símbolos que não mais se dirigem às parcelas mais pobres e às minorias, recorrendo ao imaginário da classe média branca, heterossexual e cristã.

Segundo a hipótese aqui levantada, as principais consequências dessa crise, que atinge fortemente os partidos tradicionais à esquerda (em 2014) e à direita (em 2018), são:

- a) o aumento na fragmentação do Legislativo brasileiro<sup>16</sup> e a subsequente maior dificuldade de arregimentar maiorias estáveis mediante a articulação de partidos em *coalizões de governo* estabelecidas entre partidos.
- b) a ascensão de novas lideranças portadoras de um discurso caracterizado por um acentuado conteúdo ideológico/programático caracterizado por ser:
  - (i) moralmente conservador (em questões religiosas, mas, também no que concerne ao uso do aparato repressivo do Estado),
  - (ii) economicamente ortodoxo;
- c) o empoderamento de novos mecanismos de articulação no Legislativo como as Frentes Parlamentares e as Bancadas Temáticas. Isto por que, estas novas lideranças, embora filiadas a partidos – até então de pouca expressão como é o caso

---

<sup>14</sup> O Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON) é um laboratório de pesquisas vinculado ao IESP-UERJ.

<sup>15</sup> Sobre a lógica agonística como perspectiva ontológica acerca do processo de formação identitária, ver: DE MENDONÇA, 2003; SILVA, 2013.

<sup>16</sup> Vinte e três partidos é o número médio de legendas por legislatura no Congresso Nacional Brasileiro

do PSL e do PRB<sup>17</sup> – não reivindicam em particular uma identificação com as legendas das quais fazem parte, cuja origem e estatuto não corresponde ao grau de radicalidade de seus discursos.

Em suas primeiras opções como chefe do Executivo, essa retórica se traduziu em uma *práxis* desafiadora para os analistas, mas, também para os membros do legislativo e lideranças partidárias. Isto por que, ao preterir os partidos nas negociações, Bolsonaro parece não apostar no sistema até então utilizado para a garantia de governabilidade, mediante a conformação de uma coalizão suprapartidária, alinhavada através da troca de cargos<sup>18</sup>. Essa opção se traduziu em uma *práxis* que visa legitimar as escolhas ministeriais como escolhas técnicas pessoais do presidente ou das bancadas temáticas que passaram a ocupar uma função de mediação outrora ocupada pelos partidos<sup>19</sup>.

### **Considerações finais:**

Na perspectiva de confirmarmos a hipótese central deste artigo, que diz respeito às feições populista dos discursos de Jair Bolsonaro e ao desafio que estas impõem ao sistema denominado como *presidencialismo de coalizão*, cabem ainda algumas considerações finais. A primeira, diz respeito ao grau de radicalidade de suas performances cujo conteúdo, fortemente ideológico, destoa não apenas dos governos *petistas* mas também da própria tradição política brasileira. Daí nosso objetivo de usar os conceitos de *populismo* e de *presidencialismo de coalizão*, conjugando matrizes da teoria política e do institucionalismo na tentativa de compreender suas singularidades enquanto líder. Diante de tal objetivo, ao longo da primeira seção descrevemos o processo de dissolução da coligação de forças encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, utilizando para isso os conceitos de *populismo*, *hegemonia* e *equivalência*. Em seguida, na seção dois recorreremos às mesmas categorias para abordar a ascensão de Bolsonaro como um sucedâneo deste processo. Em outros termos, nossa hipótese enquadrava seus discursos *populistas* como substitutos funcionais daqueles outrora engendrados pelas lideranças *petistas*.

Desta hipótese, derivamos outra, demonstrada na terceira parte do trabalho, na qual ressaltamos o acentuado conteúdo ideológico das performances governativas do atual presidente, que, por serem estruturadas a partir de uma dinâmica de antagonismo, conquanto a símbolos e atores considerados como *inimigos* do povo, são devidamente tipificadas como

---

<sup>17</sup> As duas as agremiações são que mais ganharam deputados em 2018.

<sup>18</sup> Sobre este sistema, caracterizado na literatura especializada pelo conceito de presidencialismo de coalizão, ver: Amorim Neto, 2006, Cheibub & Limongi 2002, 2010; Cheibub, Przeworski, & Saiegh, 2002, 2004, Cheibub, 2007, Figueiredo, Sales & Vieira, 2009.

<sup>19</sup> Em um próximo trabalho iremos abordar o governo Bolsonaro à luz das particularidades do sistema político brasileiro.

*populistas*. Sendo assim, argumentamos que, ao elevar o componente populista dos discursos e decisões governamentais, seja quando comparado ao ex-presidente Lula, seja no contraste com os demais mandatários que o antecederam sob a égide da Carta de 1988, Bolsonaro apresenta um desafio ao sistema político por ela configurado.

Isto por que, ao centrar suas performances discursivas e suas decisões como presidente eleito em um ideário (i) conservador moralmente, (ii) ortodoxo economicamente e (iv) confrontacional politicamente; Bolsonaro diferencia-se seus homólogos que, na intenção de arregimentar amplas (e, por conseguinte, heterogêneas) coalizões de apoio no Legislativo (e na sociedade) procediam a uma suavização do conteúdo programático/ideológico de seus discursos. Deste modo, desafiando os limites impostos pelo sistema aqui caracterizado como *presidencialismo de coalizão* e investindo na radicalização ideológica e no antagonismo conquanto aquilo que é caracterizado como “outro”/ “inimigo”, o ex-capitão do Exército se apresenta como o líder *mais* populista da Nova República.

## **Bibliografia**

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988. Disponível em: <https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizao-sergio-abranches.pdf>

AMORIM NETO, O. The Presidential Calculus Executive Policy Making and Cabinet Formation in the Americas. *Comparative Political Studies*, 39(4), 2006, P. 415-440.

Balsa, Javier (2010): “Las dos lógicas del populismo, su disruptividad y la estrategia socialista”, *Revista de Ciencias Sociales*, Vol. 2, No17, pp. 7-27.  
\_\_\_\_ (2013). “Sobre lógicas y discursividades”, en J. Balsa (comp.), *Discurso, política y acumulación en el kirchnerismo*. Bs. As., UNQ-Centro Cultural de la Cooperación, pp. 15-30.

BARBOSA, Leonardo. O CONGRESSO ENTRE A FRACIONALIZAÇÃO E A POLARIZAÇÃO. Rio de Janeiro. NECON/IESP-UERJ, 2018.

BARROSO, Luís Roberto. JUDICIALIZAÇÃO, ATIVISMO JUDICIAL E LEGITIMIDADE DA DEMOCRÁTICA. *Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional* ISSN 1138-4824, núm. 13, Madrid (2009), págs. 17-32.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CALIL, Gilberto. EMBATES E DISPUTAS EM TORNO DAS JORNADAS DE JUNHO. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, pp. 377-403, Ago. 2013

CARPENTIER, Nico; CAMMAERTS, Bart. Hegemony, democracy, agonism and journalism: An interview with Chantal Mouffe. *Journalism studies*, v. 7, n. 6, p. 964-975, 2006.

CASTAÑEDA, Jorge (2006). “Latin America’s left turn”. *Foreign Affairs*, maio/junho.

## WORKING PAPER

CHEIBUB, J. A. & LIMONGI, F. Democratic Institutions and Regime Survival: Parliamentary and Presidential Democracies Reconsidered. *Annual Review of Political Science*, 5(1), P. 151-179.

CHEIBUB, J. A. & LIMONGI, F. From conflict to coordination: Perspectives on the study of Executive-legislative relations. *Revista Iberoamericana de Estudos Legislativos*, 2010, 1.

CHEIBUB, J. A. *Presidentialism, Parliamentarism and Democracy*. Cambridge University Press, 2007.

CHEIBUB, J. A., PRZEWORSKI, A. & SAIEGH, S. M. Government Coalitions and Legislative Success under Presidentialism and Parliamentarism. *British Journal of Political Science*, 34(4), P. 565-587.

CHEIBUB, J. A., PRZEWORSKI, A. & SAIEGH, S. M. Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas. *Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 45(2), P. 187-218

DA SILVA, Fabricio Pereira. La bajada de la marea rosa en América Latina. Una introducción. *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea: Segunda Época*, n. 8, p. 59-66, 2018.

DE MENDONÇA, Daniel. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007.

MENDONÇA, D. de. 2003. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. *Revista de Sociologia e Política*, 20:135-145.

FIGUEIREDO, A., SALLES, D., & VIEIRA, M. Political and Institutional Determinants of the Executive's Legislative Success in Latin America. *Brazilian Political Science Review*, 2, 2009, P. 155-171.

FIGUEIREDO, Argelina. Coalizões governamentais na democracia brasileira. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 3, p. 159-196, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/download/52546/56512/0+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>

LACLAU (eds.), *The Making of Political Identities*. London, Verso, p. 11-39.

LACLAU, Ernesto; Mouffe, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres, Verso, 1985.

LACLAU, Ernesto. Minding the Gap: The Subject of Politics. In: Ernesto Laclau (ed), *The Making of the Political Identities*. London, Verso, 1994, p. 1-40.

LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. London-New York, Verso, 2005, p. 87-88.

PANIZZA, Francisco (2006) "La marea rosa". *Análise de Conjuntura OPISA*, n. 8.



## WORKING PAPER

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. Da onda rosa à era progressista : a hora do balanço. Sures, v. 2015, p. 67-94, 2015.

PERES, P. S.. Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 23, p. 53-72, 2008.

POWER, T.; ZUCCO C. O CONGRESSO POR ELE MESMO: AUTOPERCEPÇÕES DA CLASSE POLÍTICA BRASILEIRA. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2011.

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, 2010.

SILVA, Mayra Goulart. O Populismo para além de Laclau: entre a expansão do demos e a desfiguração do liberalismo. Revista Estudos de Política. , v.9, p.49 - 70, 2019

SILVA, M. G.; LOURENÇO, B.S; CARVALHO, J. Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: Elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira. Revista de Ciências Sociais (UFC). , v.49, p.166 - 201, 2018. Referências adicionais : Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/issue/viewIssue/555/120>]

SILVA, Mayra Goulart. Entre César e o Demos: Notas agonísticas sobre a democracia na Venezuela. Tese (Doutorado em Ciência Política), Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013.

SILVA, Mayra Goulart. Luta hegemônica e populismo na América Latina: teoria e práxis a partir de Ernesto Laclau. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 65-88, abr. 2017.

SILVA, Mayra Goulaer. O refluxo da Maré Rosa e o impasse do chavismo na Venezuela. Breviário de Filosofia Pública. Nº 138, 10/2015 [81-87]. Rio de Janeiro: UFF, 2015.

SINGER, A. V.. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 85, p. 83-99, 2009.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. Novos estudos CEBRAP, n. 97, p. 23-40, 2013.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. Novos Estudos-Cebrap, v. 102, p. 39-67, 2015

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

TOLEDO, Sara B. de; BRAGA, Valquíria K. Dinâmicas internas e externas na conjuntura do fim da hegemonia petista no Brasil, in: AYERBE, Luis F. (org.). Análise de Conjuntura em Relações Internacionais: abordagens e processos. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

VIANA, J. P. S. L. ; CARLOMAGNO, Márcio ; CARVALHO, V. R. . Impasses da democracia brasileira: Presidencialismo de coalizão, impeachment e crise institucional. In: Lorena Madruga Monteiro; Luciana Santana. (Org.). Temerosas transações: ensaios sobre o golpe recente no Brasil. 1ed.Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017, v. , p. 48-68.

WORKING PAPER